

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: AS EDUCADORAS NEGRAS E A SUPERAÇÃO DO RACISMO

A História da Educação, vem ignorando sistematicamente as iniciativas de grupos negros no campo da educação, tais como a criação de escolas, centros culturais, seu engajamento em campanhas de alfabetização visando à população negra, ou mesmo suas propostas de uma pedagogia que leve em conta a pluralidade étnica do alunado. (PINTO, 1992)

Através de reivindicações do Movimento Negro em relação à igualdade na educação, e no sentido de recuperar a História da África e valorizar a cultura Negra, houve em 2003 a promulgação da lei que frisa a obrigatoriedade de um conteúdo pedagógico focado no continente africano, a Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003, que torna obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira, bem como determina o entendimento do dia 20 de Novembro, como o Dia Nacional da Consciência Negra, no calendário escolar.

A Lei 10.639/03, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, responsável por estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional, permitiu que fosse incluído ao currículo oficial da Rede de Ensino, a obrigatoriedade da temática da História Afro-Brasileira e sua Cultura. O então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sanciona a Lei nº 9.394/96, que passa a vigorar acrescida dos artigos 26-A, 79-A (VETADO) e 79-B. O artigo 26 trata dos componentes do currículo escolar:

Art.26 Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Art.26-A Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§1º O conteúdo programático a que se refere o *caput* deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas

áreas de Educação Artística e de Licenciatura e História Brasileira.
(BRASIL, 2004)

Na história da educação brasileira, a presença de negros e mestiços, com instrução, sempre foi vista como a exceção que confirmava a regra, no entanto, temos referências de intelectuais negros ou mestiços, tais como, Cruz Lima, André Rebouças, Luís Gama, José do Patrocínio, Machado de Assis, Lima Barreto e outros anônimos como Dom Obá II D’Africa (o príncipe do Povo), Hemetério José dos Santos, o único professor negro no Colégio Militar (a partir de 1898), além de Afro-brasileiros expoentes do Rio Grande do Sul, nos séculos XIX e XX, que fundaram o periódico, “O Exemplo”, ao qual lutava contra o preconceito racial. O esforço para alcançar profissões tidas como de “melhor prestígio” quase sempre se deparava com a relutância em aceitar que o negro “saísse do seu lugar”.

No princípio, o magistério primário poderia ser composto por homens e mulheres, sem distinção. Com o passar do tempo, à preferência passou a ser pelas mulheres que cursaram ou não a Escola Normal. Nesta época, a raça ou a condição social, não pareciam ser um impedimento por completo, no entanto, na década de 20, do século passado, com as reformas educacionais, os padrões definidos para as professoras primárias passam a ter uma conotação racial e social precisa. Deveriam possuir além do diploma da Escola Normal, como o mérito, como também exibir um biótipo “saudável”. As regras jamais se referiram às jovens negras, logo, nas fotografias analisadas na pesquisa de Muller (2008), após estas reformas, não se percebia mais a presença de moças negras nas fotos das normalistas do Instituto de Educação, como se observava em fotos anteriores à reforma.

As desigualdades raciais no Brasil estão presentes em todos os espaços, estendendo-se ao mercado de trabalho, e ocupando lugar de destaque no campo da educação. A situação do negro, cada vez mais desprestigiada em relação ao branco, e em especial o papel desempenhado pela mulher negra, quando esta se encontra na última esfera do mercado de trabalho, sendo vítima do sexismo e do racismo, concentrando-se nos piores postos de trabalho, com as menores remunerações, e ocupando as menores posições “tidas” como de prestígio na hierarquia social (IPEA, 2008). Destarte, mesmo sendo formado de mulheres o maior público discente nas instituições superiores de ensino, como nos mostram pesquisas do Censo de 2003, com 56,4%, o gênero masculino e a raça branca, encontra-se em situação privilegiada (GISI, 2006).

O IPEA veiculou recentemente estudo que realça o retrato das desigualdades de gênero e raça nas diversas áreas da sociedade brasileira¹. O que os dados de 2003 indicam, é que de uma população de 173.936.282 pessoas, constatava-se que em sua composição de cor o Brasil era, 52,7% branco; 41,4% pardo; 6% preto; 0,4% amarelo e 0,2% indígena. Conseqüentemente, quase metade da população brasileira é vítima em potencial, sofrendo as desigualdades educacionais, no mercado de trabalho, no acesso a bens e serviços. Por conseguinte, mais da metade da população está suscetível à discriminações em relação ao sexo, pois deste total, a população brasileira se dividia em 48,8% de homens e 51,2% de mulheres. Sendo as mulheres negras mais de 41 milhões de pessoas, representando 23,4 % da população brasileira, ou seja, são estas que sofrem com a dupla discriminação, a de raça e de gênero.

Observou-se que a população negra é a mais prejudicada pelas desigualdades sociais, no entanto, tais desigualdades são mais intensas em relação às mulheres de raça negra. Elas estão em piores situações no mercado de trabalho, sendo bem representada no trabalho doméstico. As mulheres negras, em 2006, representavam 21,7% das trabalhadoras domésticas, enquanto as mulheres brancas representavam 12,6%. Sendo que, em relação às trabalhadoras com carteira de trabalho assinada, o percentual das mulheres negras (23,9%) é menor que as brancas com 30,2% (IPEA, 2008).

Fato importante da história, é que, para os homens negros nascidos no início século XX, a escolarização quando ocorria era na idade adulta. Já a situação da mulher era diferente, eram encaminhadas a orfanatos, recebendo preparo para trabalhar como empregadas domésticas ou costureiras, sendo muitas das vezes, adotadas como filhas de criação por famílias ricas para, posteriormente, tornar-se empregada doméstica não remunerada, o que, de certa forma, acabou marcando o espaço da mulher negra no mercado de trabalho. A situação vivida, ao qual tornou-se um estigma para a mulher negra, amenizava o grave problema do desemprego da população Afro-brasileira da época, como o líder negro paulista, Francisco Lucrecio narra em Barbosa (1998, p. 37),

A maior parte das mulheres que arcava com as despesas da família, porque eram importantes na época as empregadas domésticas, principalmente as negras, pois elas sabiam lidar com a cozinha, com a limpeza e elas encontravam emprego mais facilmente que os homens (apud, GONÇALVES & GONÇALVES E SILVA, 2000).

¹ <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/primeiraedicao.pdf>

No campo da Educação, pesquisas de Oliveira (2006) e Teixeira (2006), mostram que a presença é predominantemente feminina no Brasil. A presença feminina conta com 81,2% contra 18,8% de presença masculina. Quanto à cor/raça, a presença é majoritariamente branca, com 64,2 % contra 34,3% de negros (somando-se pretos e pardos) e outros 1,5%. Conforme o nível de ensino aumenta, a participação de mulheres negras diminui, isto é, segundo o Censo Demográfico 2000, no Brasil, do total de professoras negras 70,2% se encontram no Ensino Fundamental, contra 53,3% do total de professoras brancas (TEIXEIRA, 2006). As professoras negras estão sub-representadas com 1% no ensino superior, 8% no ensino médio, contra 4,5 % e 12,5 % respectivamente para as professoras brancas (OLIVEIRA, 2006), no entanto, o Ensino Superior é predominantemente masculino e branco (23,3%), contudo, a proporção de homens pretos e pardos é superior à mulheres brancas, 8,0% contra 5,1%, o que nos indica um peso maior de gênero sobre a raça, na área da educação, e que quanto maior o nível de ensino, maior a presença de pessoas do sexo masculino e de cor/raça branca (TEIXEIRA, 2006).

Se estas pesquisas mostram que a presença feminina é maciça na educação e principalmente no ensino fundamental, pesquisas realizadas por Muller (2008), publicadas em seu livro “A Cor da Escola”, ilustram as mulheres como as verdadeiras “construtoras da nação”, pois a escola primária brasileira teve papel fundamental na construção da identidade e do sentimento de nação, já que era necessário dar forma ao povo brasileiro, ao qual era visto como um aglomerado de populações e não como um povo. Muller (2008) afirma inexistirem “pesquisas históricas sobre as formas de inserção profissional de mulheres negras em condições de exercer funções intelectuais no mundo do trabalho” (p.41).

AS PRÁTICAS

Ao analisar as respostas das professoras Negras entrevistadas, vimos posicionamentos importantes das mesmas em relação à necessidade da superação do racismo, principalmente nas escolas pública brasileiras, já que o seu público é majoritariamente negro. Como podemos observar nas falas e relatos das professoras, começando pela docente Monique, que é professora de Educação Física, trabalha no ensino Médio e Superior com didática e dança, dando ênfase nas danças afro-brasileiras,

“Tanto que tinha um grupo que caminhava comigo, que descobriu o grande barato que era poder dançar e viraram meus súditos, no olhar do preconceituoso: ‘os filhos de santo’

da professora Monique, isso na Universidade. E na outra universidade que eu trabalhava, cheguei a ter alunos que reclamavam na coordenação pedagógica que eu levava macumba para sala de aula. Isso em clima complicado, o coordenador acabou me apoiando, mas um apoio com algumas restrições né: 'o professora toma cuidado com o eu você está fazendo, com o que esta desenvolvendo, como é que esta sendo feito isso'

Porque os alunos literalmente disseram que eu tinha levado, por que eu levei para um trabalho no SESC que eles tinham que vivenciar uma roda de jongo, coco e ai para eles eu tinha levado para um centro, para uma Roda de candomblé. Uma coisa louca.

E ai você vê a questão da ignorância do preconceito. Esse ano eu passei de novo.

Em uma aula ensinei ciranda, que não é uma dança de matriz africana. Expliquei, que eu sempre explico a origem da dança. Expliquei o que era ciranda, a influencia de todas as etnias , todas as culturas, para que a ciranda se constituísse. E ai na semana seguinte, um grupo veio :

“ Professora tem alunas que reclamaram que a senhora deu macumba na sala de aula”.

Falei gente, mas eu ensinei ciranda e a ciranda nem é de matriz africana. Como assim? E ai volta à discussão, eu já to naquela faze da irritação, da vontade de dizer: vai pesquisar, vai estudar, antes de falar, vai descobrir o que é isso. Não é possível, vocês na Universidade ainda tem esse tipo de postura.

Eu digo, que trabalho a lei usando a dança enquanto estratégia.”

Agora, a fala da docente Maria, que é professora de Artes no ensino Médio:

“Linearmente existe o preconceito, sabe aquela coisa de onde você guarda seu preconceito, a pessoa nem sabe que ta lá. Mas existe, existe.

Já disse né, não, não trabalho diretamente dizer essa lei. Mas já falei na didática.

Como agora mesmo estava falando com elas, não vou poder fazer aquele trabalho do ano passado. E também queria fazer... Mas já falei sobre todas as raças que criaram a população brasileira, o negro , o índio e um europeu.

Ai falaram: professora vamos tentar fazer nem que seja só as mascaras , de um índio de um europeu e de um preto. Ate porque eu não posso ter (...) racista. Eu não posso ficar batendo nisso, eu tenho que mostrar a ela, eu tenho que quebrar por ai, acho que tenho que quebrar por ai. Na hora que falar em um , já fala no outro, o índio já bota o europeu ali na mesma linha.

Um vassalo.

O que roubou, que foi o branco.

O outro que foi roubado, que foi o índio .

E o que foi abusado, que foi o negro. Entendeu.

Eu acho que a gente vai conseguir emplacar, a partir que tratar todos na mesma linha.

Por que quando fala de um, sobressalta o preconceito em cima do outro.

Eles vão admitir tudo o negro e o branco, mas a origem branca. Mesmo porque quando do negro vira bagunça, você já percebeu isso?

Eu acho que essa lei, eu posso até falar dessa lei, mas aquela coisa, vai discutindo sobre isso o que elas acham que não sei o que.”

A docente Rosa é professora de História no ensino Médio, e fez as seguintes considerações:

“A lei nada mais é do que o conteúdo que a gente já vivencia em sala de aula, basta você ter um olhar apurado para ver essa questão, já está ali dentro do conteúdo, então é o trabalho do dia-a-dia e não do oba-oba, como muitas escolas fazem somente para dizer assim: oh, tá vendo? Tô trabalhando. Mas ééé, como são questões que levantam a questão do racismo, a questão da religião e sempre vai criar polemica então muitos professores, optam para não trabalhar para não ter problema, dores de cabeça, como eles falam. Mas é um assunto que não dá para se deixar e lado a gente tem que, cada vez mais levantar a questão para que possa haver uma discussão sobre o tema e fazer com que as pessoas passem a pensar até mesmo, para sentir forte para externar aquilo que eles pensam, que muita das vezes pensa mas não transmite. Até porque acha que tudo que está vinculado a questão étnica do negro é inferior a do branco, infelizmente eles sempre fazem uma comparação e não uma discussão porque, éé possa ser tirado as dúvidas. Se a gente observar é... tem forma de trabalhar em todas as disciplinas, em todos os assuntos e é um conteúdo muito rico, mas por muitos se equivocarem, em termos assim de comparações, vai sempre se levar pelo inferior, ai quem perde é ele mesmo e os alunos, eu acho até mais, a perda é muito mais do professor que do aluno, o aluno tem vários professores então quando tem um que levanta essa questão que coloca isso em termos de um debate ele vai aprender muito mais que aquele professor que se fecha porque ele se vira um ostrincha e nem sempre, um corpo estranho vai ser transformado numa pérola”

A docente Laura é professora de didática no ensino Médio e afirmou:

“Conheço. Trabalho, já foi mais fácil, mas hoje esta mais difícil ainda. Porque é você se conscientizar que é negro, então quando você dá alguma coisa de origem africana os alunos se esquivam. Agora mesmo no trabalho com Vinicius de Moraes, com aquelas garotas que estavam ao meu redor ali (se referindo a palestra de mais cedo), eu queria fazer de Vinicius de Moraes o branco mais negro do Brasil, só que elas não quiseram, eu ia colocar os afro-sambas e ia pedir para a turma dançar, não quiseram, só uma menina quis, ai depois eu larguei para lá. Tinha o Samba da benção, cantiga para Yemanjá , Cantiga para Oxum , as garotas não quiseram.

As pessoas não veem esse lado artístico.

Por exemplo, eu tive um grupo de Jongo aqui que perdurou por 10 anos aqui na escola. Nos 500 anos do Brasil em 2000, uma coordenadora que tinha aqui, colocou cada professor para fazer uma coisa com uma turma, aí eu fala: ei vou fazer um Jongo. Comprei um CD e ensaiei as alunas da minha turma, elas estavam no primeiro ano, aí ficou primeiro, segundo e terceiro, a cada ano ia chegando mais uma, uma, mais uma. Dançaram no SESC, na beija-flor, na Grande Rio, em colégios, os colégios vinham e convidavam o grupo de Jongo do Arruda para dançar em vários lugares, aí com o aumento dessas religiões Neo pentecostais essas casas, aí foi caindo, caindo...”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluindo parcialmente este trabalho, observamos nas falas das professoras a preocupação em tentar fazer algo para implementar a Lei 10.639/03 nas escolas onde trabalham, visando a superação dos preconceitos vividos pelos alunos negros na escola. Muito já foi feito, principalmente pelo Movimento Negro, mas a batalha na Educação Brasileira está apenas começando, já que a Lei 10.639/03 completou 10 anos em 2013, e pouco se pôde observar em relação à questão da conscientização e importância em aplicar tal medida nas escolas.

As entrevistas foram riquíssimas, no entanto não transcrevemos todas as falas das professoras devido à extensão das mesmas, no entanto, podemos observar nas respectivas falas, a importância do tema aqui exposto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). Rio de Janeiro: ED. Roma Victor, 2004

GONÇALVES, L.A.O. & GONÇALVES E SILVA, P.B. **Movimento Negro e Educação.** Revista Brasileira de Educação. Set/Out/Nov/Dez, 2000. nº 15.

OLIVEIRA. I. de. **Cor e Magistério.**(org) Quarter: Niterói,RJ:EDUFF,2006.

PINTO, R.P. **A Educação do Negro : Uma Revisão da Bibliografia.** Caderno de Pesquisa, São Paulo (62): pp 3-34, Agosto, 1987.

_____. **Raça e Educação: Uma articulação incipiente.** Caderno de Pesquisa, São Paulo, n.80, p.41-50, fev.1992.

_____. **Movimento Negro e Educação do Negro : Ênfase na Identidade.** Caderno de Pesquisa, São Paulo, n.86, p.25-38, ago.1993.

MULLER, M.L.R. **A cor da escola: imagens da Primeira Republica**. Cuiabá, MT: Entrelinhas/EdUFMT, 2008.

TEIXEIRA, M. de P. A presença negra no Magistério: aspectos quantitativos. In: OLIVEIRA, Iolanda de (Org.). **Cor e Magistério**. Rio de Janeiro: Quartet; Niterói, RJ: EDUUF, 2006.